

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576
Preferenciais	4.607
Total	9.183
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	641.028	623.735
1.01	Ativo Circulante	38.606	37.991
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	132	1.319
1.01.03	Contas a Receber	27.138	23.636
1.01.03.01	Clientes	27.138	23.636
1.01.04	Estoques	917	1.058
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.236	2.591
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.236	2.591
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.183	9.387
1.01.08.03	Outros	7.183	9.387
1.02	Ativo Não Circulante	602.422	585.744
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.941	2.855
1.02.01.03	Contas a Receber	17	5
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	17	5
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	74	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	74	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.850	2.850
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.850	2.850
1.02.02	Investimentos	587.647	571.010
1.02.02.01	Participações Societárias	587.457	570.814
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	83.849	86.611
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	469.184	444.501
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	32.865	38.178
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.559	1.524
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	190	196
1.02.03	Imobilizado	11.834	11.879
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.834	11.879

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	641.028	623.735
2.01	Passivo Circulante	21.302	35.799
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	70
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13	70
2.01.02	Fornecedores	4.650	9.669
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.650	9.669
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.857	7.881
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.857	7.114
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	7.114
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	767
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.667	8.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.667	8.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.667	8.000
2.01.05	Outras Obrigações	4.227	239
2.01.05.02	Outros	4.227	239
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	4.227	239
2.01.06	Provisões	7.888	9.940
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.888	9.940
2.02	Passivo Não Circulante	97.270	97.936
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	666
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	666
2.02.03	Tributos Diferidos	97.270	97.270
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.270	97.270
2.03	Patrimônio Líquido	522.456	490.000
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.994	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.994	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-50.011	-82.467
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	188.817	188.817

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.231	18.488	23.270	47.507
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-825	-2.093	-2.622	-5.348
3.03	Resultado Bruto	6.406	16.395	20.648	42.159
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	29.194	16.061	-5.994	-28.914
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.812	-18.153	-11.722	-35.735
3.04.02.05	Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	-3.029	-13.355	-9.329	-29.769
3.04.02.10	Despesas Gerais e Administrativas	-3.823	-6.850	-2.393	-5.966
3.04.02.12	Outras Despesas e Receitas Operacionais	40	2.052	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	42	158	92	92
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-337	-1.089	-609	-1.820
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.301	35.145	6.245	8.549
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.600	32.456	14.654	13.245
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	35.600	32.456	14.654	13.245
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-1.029	4.994
3.08.01	Corrente	0	0	-1.029	4.994
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.600	32.456	13.625	18.239
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.600	32.456	13.625	18.239
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,77972	7,09266	2,97749	3,9858
3.99.01.02	PNA	27,11348	24,71896	10,3777	13,89109
3.99.01.03	PNB	10,80753	9,85307	4,13631	5,53704

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	35.600	32.456	13.625	18.239
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.600	32.456	13.625	18.239

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.093	15.155
6.01.01	Recebimento de Consumidores	15.486	46.915
6.01.02	Pagamento a Fornecedores - Mat. Serviços	-22.814	-42.671
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos Sociais	-2.951	-2.006
6.01.04	Pagamento de Impostos e Contribuições	-6.703	-4.217
6.01.05	Pagamento de Encargos da Dívida	-905	-1.682
6.01.06	Rendimento de Aplicação Financeira	117	90
6.01.07	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	23.963	19.366
6.01.08	Outras Despesas	-1.100	-640
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-71	-1.043
6.02.05	Aquisição de Investimentos	-71	-1.043
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.209	-14.576
6.03.01	Serviço da Dívida - Principal	-6.016	-5.333
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	0	-9.205
6.03.04	Outras Despesas	-193	-38
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.187	-464
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.319	4.071
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	132	3.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.456	0	32.456
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.456	0	32.456
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-50.011	188.817	522.456

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.239	0	18.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.239	0	18.239
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-67.026	188.817	505.441

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	18.488	53.669
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.579	-34.348
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.425	-34.512
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.052	0
7.02.04	Outros	-206	164
7.03	Valor Adicionado Bruto	909	19.321
7.04	Retenções	-48	-39
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48	-39
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	861	19.282
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.303	8.641
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	35.145	8.549
7.06.02	Receitas Financeiras	158	92
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.164	27.923
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.164	27.923
7.08.01	Pessoal	526	1.348
7.08.01.01	Remuneração Direta	526	1.348
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.093	6.516
7.08.02.01	Federais	1.710	4.779
7.08.02.02	Estaduais	383	1.737
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.089	1.820
7.08.03.01	Juros	1.089	1.820
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.456	18.239
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.456	18.239

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.166.124	2.119.934
1.01	Ativo Circulante	469.953	449.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.320	99.258
1.01.03	Contas a Receber	373.348	321.170
1.01.03.01	Clientes	373.348	321.170
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	344.539	305.941
1.01.03.01.09	Outros Créditos	28.809	15.229
1.01.04	Estoques	6.726	8.619
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.559	20.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.559	20.913
1.02	Ativo Não Circulante	1.696.171	1.669.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	843.679	799.490
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.582	20.430
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	10.089	9.285
1.02.01.01.04	Depósitos Vinculados a Litígios	7.493	11.145
1.02.01.03	Contas a Receber	135.985	127.928
1.02.01.03.01	Clientes	116.991	110.371
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.994	17.557
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.197	20.517
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	15.197	20.517
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.030	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	18.030	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	656.885	630.615
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	287.052	286.877
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	369.833	343.738
1.02.02	Investimentos	285.219	285.119
1.02.02.01	Participações Societárias	285.219	285.119
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	285.219	283.399
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	1.720
1.02.03	Imobilizado	196.715	197.361
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	196.715	197.361
1.02.04	Intangível	370.558	388.004
1.02.04.01	Intangíveis	370.558	388.004
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	370.558	386.113
1.02.04.01.02	Diferido	0	1.891

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.166.124	2.119.934
2.01	Passivo Circulante	652.443	627.946
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	75.177	75.250
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	75.177	75.250
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	23.278	19.636
2.01.01.02.03	Benefícios a Empregados	51.899	55.614
2.01.02	Fornecedores	140.118	142.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	140.118	142.987
2.01.03	Obrigações Fiscais	136.647	100.938
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	136.647	100.938
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	136.647	100.938
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	125.237	154.199
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	125.237	154.199
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	125.237	154.199
2.01.05	Outras Obrigações	160.234	134.025
2.01.05.02	Outros	160.234	134.025
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.716	5.291
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	121.070	106.169
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	31.448	22.565
2.01.06	Provisões	15.030	20.547
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.030	20.547
2.01.06.01.06	Outras Provisões	15.030	20.547
2.02	Passivo Não Circulante	764.867	777.682
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	317.104	332.030
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	317.104	332.030
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	317.104	332.030
2.02.02	Outras Obrigações	296.483	292.737
2.02.02.02	Outros	296.483	292.737
2.02.02.02.03	Benefícios a Empregados	206.881	215.657
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	87.354	74.688
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	2.248	2.392
2.02.03	Tributos Diferidos	105.293	98.639
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	105.293	98.639
2.02.04	Provisões	45.987	54.276
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.987	54.276
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	748.814	714.306
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.994	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.994	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-50.011	-82.467
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	188.817	188.817
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	226.358	224.306

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	348.701	1.002.371	322.769	928.088
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-271.698	-772.417	-251.264	-719.463
3.03	Resultado Bruto	77.003	229.954	71.505	208.625
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.002	-82.497	-38.599	-123.694
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.544	-58.628	-14.947	-45.434
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.753	-85.500	-27.103	-91.599
3.04.02.01	Pessoal, Administradores e Conselheiros	-16.692	-46.333	-17.882	-45.874
3.04.02.02	Material	-857	-2.068	-488	-2.090
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-11.821	-30.306	-8.853	-29.979
3.04.02.04	Depreciação/Amortização	-599	-1.715	-592	-1.600
3.04.02.05	Benefícios a Empregados	-1.822	-5.400	5.356	-11.077
3.04.02.08	Entidades de Previdência Privada	-762	-2.170	-676	-1.974
3.04.02.10	Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígios	-649	10.953	-4.100	6.036
3.04.02.11	Outras Provisões (Reversões)	200	200	3.316	6.674
3.04.02.15	Outras Despesas	-4.751	-8.661	-3.184	-11.715
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	53.330	54.802	30	6.188
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.969	6.829	3.421	7.151
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	80.005	147.457	32.906	84.931
3.06	Resultado Financeiro	-17.356	-69.374	-10.652	-42.631
3.06.01	Receitas Financeiras	6.877	24.786	7.267	21.190
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.233	-94.160	-17.919	-63.821
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	62.649	78.083	22.254	42.300
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.538	-33.858	-4.644	-14.241
3.08.01	Corrente	-9.860	-21.180	-4.645	-15.706
3.08.02	Diferido	-12.678	-12.678	1	1.465
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.111	44.225	17.610	28.059
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	40.111	44.225	17.610	28.059
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.600	32.456	13.625	18.239

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.511	11.769	3.985	9.820
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,77972	7,09266	2,97749	3,9858
3.99.01.02	PNA	27,11348	24,71896	10,377	13,89109
3.99.01.03	PNB	10,80753	9,85307	4,13631	5,53704

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	35.600	32.456	13.625	18.239
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	35.600	32.456	13.625	18.239
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	35.600	32.456	13.625	18.239

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	84.161	51.658
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.595.627	1.470.878
6.01.02	Pagamento a Fornecedores - Mat. e Serviços	-166.306	-149.017
6.01.03	Pagamento a Fornecedores - E. Elétrica	-628.432	-631.906
6.01.04	Pagamento de Salários e Enc. Sociais	-157.086	-133.941
6.01.05	Pagamento de Encargos Setoriais	-182.452	-158.535
6.01.06	Pagamento de Impostos e Contribuições	-345.923	-322.268
6.01.07	Pagamento de Encargos da Dívida	-41.870	-37.020
6.01.08	Rendimento de Aplicações Financeiras	3.700	1.760
6.01.09	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	23.963	19.366
6.01.10	Outras Despesas	-17.060	-7.659
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.050	-26.529
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-49.427	-23.792
6.02.04	Aquisição de Investimentos	13.665	0
6.02.05	Alienação de Investimentos	-1.288	-2.737
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-86.049	-25.998
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	85.789	114.253
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-139.576	-105.765
6.03.04	Outros	-541	1.352
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-31.721	-35.838
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38.938	-869
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	99.258	60.231
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.320	59.362

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000	224.306	714.306
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-82.467	188.817	490.000	224.306	714.306
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-9.717	-9.717
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	166	166
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-9.883	-9.883
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.456	0	32.456	11.769	44.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.456	0	32.456	11.769	44.225
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-50.011	188.817	522.456	226.358	748.814

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202	224.711	711.913
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-85.265	188.817	487.202	224.711	711.913
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-10.519	-10.519
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	332	332
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-10.851	-10.851
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.239	0	18.239	9.820	28.059
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.239	0	18.239	9.820	28.059
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-67.026	188.817	505.441	224.012	729.453

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.570.825	1.396.977
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.534.166	1.400.046
7.01.02	Outras Receitas	53.302	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.643	-3.069
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-707.264	-680.705
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-587.583	-546.493
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-97.081	-113.371
7.02.04	Outros	-22.600	-20.841
7.03	Valor Adicionado Bruto	863.561	716.272
7.04	Retenções	-47.923	-33.446
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.923	-33.446
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	815.638	682.826
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.615	28.341
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.829	7.151
7.06.02	Receitas Financeiras	24.786	21.190
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	847.253	711.167
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	847.253	711.167
7.08.01	Pessoal	114.025	109.595
7.08.01.01	Remuneração Direta	104.679	94.618
7.08.01.02	Benefícios	9.346	14.977
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	565.653	480.011
7.08.02.01	Federais	289.818	224.999
7.08.02.02	Estaduais	275.835	255.012
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	123.350	93.502
7.08.03.01	Juros	94.160	63.821
7.08.03.02	Aluguéis	29.190	29.681
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	44.225	28.059
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.456	18.239
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	11.769	9.820

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resultado do período

A CEB apresentou, no terceiro trimestre de 2011, um lucro líquido consolidado de R\$32.456 mil, crescimento de 77,9% ao apresentado no mesmo período anterior, passando de R\$ 18.239 em 2010 para R\$ 32.456 em 2011. Este resultado deve-se principalmente ao aumento verificado nas receitas operacionais que cresceram 10,0% em relação a setembro de 2011, ao menor crescimento dos custos totais com 7,36%, bem como a queda de 35% nas despesas operacionais que atingiram o total de R\$ 89.326 neste trimestre contra R\$ 137.007 em relação ao mesmo trimestre de 2010.

O EBTIDA da CEB no período em análise foi de R\$ 188.551mil comparados a R\$ 86.049 mil no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 119%.

O aumento do EBTIDA no segundo trimestre de 2011 deve-se, principalmente, crescimento na receita da receita operacional e ao expressivo expurgo da depreciação e das despesas financeiras.

CONSUMO DE ENERGIA

A distribuição por consumo por Classe em Mwh é o seguinte para o período analisado:

Consumo

Consumo por Classe - MWh	Mwh		
	Set/11	Set/10	Var %
Residencial	169.612	174.607	-2,87
Industrial	19.815	35.626	-44,39
Comercial	157.457	137.918	14,16
Rural	14.984	13.861	8,10
Poder Público	48.938	44.701	9,47
Iluminação Pública	30.523	29.490	3,50
Serviço Público	30.038	28.991	3,61
Consumo Próprio	153	197	-22,37
Total	471.520	465.391	1,32

O consumo de energia elétrica no DF cresceu 1,32% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe residencial que participou com 35,97% do consumo total, decresceu apenas 2,87%, atingindo o total de 755.588 consumidores e 15.324 novas ligações no ano.

A classe Industrial decresceu 44%, consumindo 19.815 MWh, contra 35.626 no mesmo período de 2010. Esta classe representa 4,20% do consumo total, com 1.726 consumidores no período atual contra 1.691 no período anterior.

A classe Comercial consumiu 157.457 MWh, o que representou um crescimento de 14,2%. Esta classe representa 33,39% do consumo total. No final do trimestre eram atendidos 100.297 consumidores contra 90.748 em igual período anterior..

A classe rural consumiu 14.984 MWh e cresceu 8% e atingiu o total de 9.515 consumidores.

As outras classes (poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio) consumiram 109.652 MWh, aumento de 6,0% no período. Estas classes de consumo equivalem a 23,25% do consumo total.

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico - financeiro

A receita bruta consolidada no terceiro trimestre de 2011 cresceu 10,0% em relação ao mesmo período de 2010 reapresentado, R\$ 1.534.166, em 2011, contra R\$ 1.393.858 em 2010 (reapresentado), enquanto que os Custos Totais cresceram 7,4% nominais. Desta forma, o Lucro Operacional Bruto sofreu uma variação positiva de 10,2% comparado ao mesmo trimestre de 2010 (reapresentado), atingindo o montante de R\$ 229.954 em 2011, contra R\$ 208.625 em 2010.

As Despesas Operacionais em 2011 atingiram o montante de R\$ 89.326 contra R\$ 137.007, portanto uma diminuição de 35%, desta forma resultou no Lucro Operacional Líquido (Resultado do Serviço) de R\$ 140.628 em 2011, aumento de 96,4% em relação ao período anterior, que atingiu o montante de R\$ 71.618.

As Despesas Financeiras Líquidas apresentaram um substancial aumento de 62,73% em 2011 comparativamente ao mesmo período de 2010, passando de R\$ 42.631 para R\$ 69.374, que mesmo somado ao maior provisionamento do IR e da CSLL resultou no lucro de R\$ 32.456 em 2011 contra um lucro de R\$ 18.239 em 2010.

O EBITDA, composto pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ **188.551mil** em 2011, contra R\$ **86.049** em 2010.

O aumento do EBITDA no período de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se principalmente, ao crescimento das rubricas Receitas Totais 10,0% e a exclusão dos efeitos das despesas com depreciação e amortização.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

Valores expressos em milhares de Reais

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 – Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Nome da investida	Tipo	Participação acionária	
		31.12.2010	30.09.2011
<i>Em controladas</i>			
CEB Distribuição S.A.	Distribuidora	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geradora	100%	100%
CEB Participação S.A.	Geradora	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Geradora	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
<i>Em controladas em conjunto</i>			
Energética Corumbá III S.A.	Geradora	37,5%	37,5%
<i>Em coligadas</i>			
Corumbá Concessões S.A.	Geradora	36,95%	36,95%

a) Controladas

- CEB Distribuição S.A. – A CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB Distribuição S.A. é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato de concessão.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB-D*

A Companhia vem apresentando deficiência de capital de giro e prejuízos acumulados. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as informações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal, será suficiente para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

ii) *Compromisso de Subscrição de Ações*

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações” entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Distrito Federal na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 163,4 milhões em 31 de dezembro de 2010.

A Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, previa o aporte inicial em dezembro de 2006. Entretanto, a Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007, alterou o cronograma de aportes, conforme valores atualizados mostrados a seguir:

Anos dos Aportes	Valor
Dezembro de 2008	20.030
Dezembro de 2009	37.311
Dezembro de 2010	37.311
Dezembro de 2011	37.311
Dezembro de 2012	37.311
Total	169.274

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB Distribuição S.A., penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB Lajeado S.A., de sua propriedade, devendo o valor desta garantia ser reduzido na proporção em que forem acontecendo às integralizações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

O § 1º do Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, determina que: “Dos recursos oriundos de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativos à CEB Distribuição, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverão ser destinados ao referido aporte de capital”.

Por sua vez, o § 3º do Art. 5º da citada Resolução, estabelece que na hipótese da insuficiência dos dividendos e juros sobre o capital próprio, a CEB holding deverá aportar os recursos necessários no capital social da CEB Distribuição, cujo aporte anual não poderá ser inferior ao montante do referido compromisso.

A CEB integralizou na CEB Distribuição S.A., a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030 mil. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400 mil) foi aprovada pela Assembléia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009. Após a autorização da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido com o valor avaliado.

Entretanto, a Agência reguladora reconhecerá a integralização das ações por meio do imóvel, apenas quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados. O processo de alienação foi iniciado no último trimestre de 2009 e encontra-se com duas alternativas excludentes em curso: a) alienação por meio de leilão; e b) alienação por intermédio de venda direta para a Empresa Imobiliária do Distrito Federal (Terracap). Seja qual for a hipótese prevalecente, está assegurado o valor da avaliação aprovado na citada Assembléia Extraordinária de Acionistas.

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2010, apesar das tentativas a empresa não obteve sucesso. Em 2011, a empresa retomará o processo possibilitando o completo atendimento do “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

- CEB Geração S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648 de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.
- CEB Participações S.A. – CEBPar – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritariamente ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- CEB Lajeado S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) das ações da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A CEB Lajeado em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, Estado do Tocantins.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte integrante do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás*

A Companhia entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- Energética Corumbá III S.A. – sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 30 de setembro de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%	PN	%	Subscrito	a Realizar	Realizado
Energ Power S.A.	3.551.709	20	-	-	3.551.709	1.760.211	1.791.498
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	7.896.379	20	-	-	7.896.379	1.165.506	6.730.873
Companhia Energética de Brasília - CEB	15.198.260	20	30.396.523	50	45.594.783	977.296	44.617.488
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG G&T	15.198.260	20	30.396.523	50	45.594.783	977.296	44.617.488
Geração C III S.A.	18.948.434	20			18.948.434		18.948.434
Total	60.793.042	100	60.793.046	100	121.586.088	4.880.309	116.705.781

c) **Coligadas**

- Corumbá Concessões S.A. – sociedade por ações, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 30 de setembro de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Serveng -Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	129.849.830	53,23	-	-	-	-	129.849.830	18,73
Companhia Energética de Brasília - CEB	52.809.968	21,65	203.199.943	63,03	-	-	256.009.911	36,94
C & M Engenharia Ltda.	17.103.426	7,01	-	-	-	-	17.103.426	2,46
Fundo de Investimentos em Participações BRB Corumbá Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	-	-	-	-	126.666.666	100	126.666.666	18,28
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	12.500.000	5,12	37.500.000	11,63	-	-	50.000.000	7,21
CEB Participações S.A. - CEBPAR	25.000.000	10,24	74.999.999	23,26	-	-	99.999.999	14,43
	6.642.500	2,72	6.642.500	2,06	-	-	13.285.000	1,91
Total	243.905.724	100	322.342.442	100	126.666.666	100	692.914.832	100

i) *Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.*

A coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 30 de setembro de 2011, situação financeira desfavorável, representada por excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante. Os planos da Administração relacionados a esse assunto e que foram descritos nas notas explicativas às informações financeiras intermediárias da Corumbá Concessões S.A. são os seguintes: otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais; buscar parcerias com órgãos regulatórios para vislumbrar alternativas de eficiência energética; buscar parcerias com comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização, a fim de manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente; aferir e otimizar sistematicamente os custos operativos; rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente, e diminuir os custos de financiamentos, adequando-os à capacidade de geração de caixa operacional; e investir em processos de governança corporativa (código de ética, processo de compras e contratos, intranet corporativa etc.).

- Investco (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – companhia de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A composição acionária da investida em 30 de setembro de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	PNC	%	TOTAL	%
CEB Lajeado S.A.	80.440	19,99	51.112	20,00	980	6,02	1.031	19,99	-	-	133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	6,99	343	2,10	361	7,01	-	-	46.747	5,94
EDP Energias do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,01	186.559	73,01	6.685	41,04	3.764	73,00	-	-	490.616	62,38
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	-	-	-	6.425	39,44	-	-	-	-	6.425	0,81
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	1.650	10,13	-	-	-	-	1.650	0,20
Outros	-	-	-	-	206	1,26	-	-	71.252	66,4670	71.458	9,08
Total	402.202	100	255.560	100	16.289	100	5.156	100	107.199	100	786.406	100

1.3 – Autorizações e concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
CEBGÁS S/A	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Base de preparação

As Informações Financeiras Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as Informações Financeiras Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

forma, estas ITR devem ser lidas, em conjunto, com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Diretoria Executiva em 14 de julho de 2011 e arquivadas na CVM em 18 de julho de 2011.

A Companhia não está apresentando a demonstração dos resultados abrangentes em razão de não haver transação passível de alocação nessa demonstração.

A emissão destas Informações Trimestrais - ITR foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2012.

2.2. *Reapresentação das Informações Trimestrais para fins de comparação*

Conforme divulgado nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia adotou as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e os normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os normativos foram adotados pela Companhia com aplicação retrospectiva ao exercício de 2009 e para a data de 1º de janeiro de 2009, que foi a data de transição da adoção das novas normas. Dessa forma, apresentamos a seguir os efeitos no resultado para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2010 e no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2010, com exceção dos saldos patrimoniais cujos detalhamentos e explicações estão contidos nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

a) Demonstração dos ajustes e reclassificações efetuados no resultado:

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 - Consolidado

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	01.01.2010 a 30.09.2010	Reclassificações	Ajustes	01.01.2010 a 30.09.2010 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	850.217		77.871 (i)	928.088
Custo com Energia Elétrica	(484.769)	(29.624)	(4.217) (ii)	(518.610)
Custo de Operação	(279.926)	161.577	(52.735) (iii)	(171.084)
Custo do serviço prestado a terceiros	(29.769)			(29.769)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	55.753	131.953	20.919	208.625
Despesas Operacionais	294	(131.146)	7	(130.845)
Despesas com vendas	-	(45.434)		(45.434)
Despesas gerais e administrativas	-	(91.599)		(91.599)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	294	5.887	7 (iv)	6.188
Receitas (Despesas) Financeiras	(49.985)	5.355	1.999 (v)	(42.631)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.802		(1.651) (vi)	7.151
= RESULTADO OPERACIONAL	14.864	6.162	21.274	42.300
= LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	14.864	6.162	21.274	42.300
IR e CSLL - Corrente	(9.929)	(6.162)	385 (vii)	(15.706)
IR e CSLL - Diferido	1.465			1.465
= LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	6.400	-	21.659	28.059
Atribuído aos acion. da empresa controladora	(1.629)	-	19.868	18.239
Atribuído aos acion. não controladores	8.029	-	1.791	9.820

Detalhamento dos ajustes:

Item	Descrição dos ajustes	Valor do ajuste
(i)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB	29.055
	Distribuição	61.070
	Contratos de construção (ICPC 01/IFRIC 12 - CEB Distribuição)	(12.254)
	Outros Ajustes	<u>77.871</u>
(ii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB	(4.878)
	Distribuição	661
	Outros Ajustes	<u>(4.217)</u>
(iii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB	198
	Distribuição	3.625
	Contratos de concessão - CEB Distribuição	(61.070)
	Contratos de construção (ICPC 01/IFRIC 12) - CEB Distribuição	4.512
	Outros Ajustes	<u>(52.735)</u>
(iv)	Outros Ajustes	7

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS

(v)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB	(1.788)
	Distribuição	
	Outros Ajustes	3.787
		<hr/> 1.999
(vi)	Ajuste Equivalência Patrimonial (Empresas não consolidadas) - CEB Holding	(1.651)
(vii)	Outros Ajustes	385

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Período de três meses findo em 30 de setembro de 2010 - Consolidado

	<u>01.07.2010 a</u> <u>30.09.2010</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Ajustes</u>	<u>01.07.2010 a</u> <u>30.09.2010</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	306.373	-	16.396 (i)	322.769
Custo com Energia Elétrica	(165.699)	(9.194)	(6.232) (ii)	(181.125)
Custo de Operação	(179.034)	137.220	(18.996) (iii)	(60.810)
Custo do serviço prestado a terceiros	(9.329)	-	-	(9.329)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(47.689)	128.026	(8.832)	71.505
Despesas Operacionais	88.804	(130.736)	(88)	(42.020)
Despesas com vendas	30.487	(45.434)	-	(14.947)
Despesas gerais e administrativas	57.993	(85.007)	(89) (iv)	(27.103)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	324	(295)	1 (v)	30
Receitas (Despesas) Financeiras	(13.184)	2.710	(178) (vi)	(10.652)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.949	-	1.472 (vii)	3.421
= RESULTADO OPERACIONAL	29.880	-	(7.626)	22.254
= LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	29.880	-	(7.626)	22.254
IR e CSLL - Corrente	(5.182)	-	537 (viii)	(4.645)
IR e CSLL - Diferido	1	-	-	1
= LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	24.699	-	(7.089)	17.610
Atribuído aos acion. da empresa controladora	23.625	-	(10.000)	13.625
Atribuído aos acion. não controladores	1.074	-	2.911	3.985

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****Detalhamento dos ajustes:**

Item	Descrição dos ajustes	Valor do ajuste
(i)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	(493)
	Contratos de construção (ICPC 01/IFRIC 12 - CEB Distribuição)	21.744
	Outros Ajustes	<u>(4.855)</u>
		16.396
(ii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	(6.382)
	Outros Ajustes	<u>150</u>
		(6.232)
(iii)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	-
	Contratos de concessão - CEB Distribuição	910
	Contratos de construção (ICPC 01/IFRIC 12) - CEB Distribuição	(21.744)
	Outros Ajustes	<u>1.838</u>
		(18.996)
(iv)	Outros ajustes	(89)
(v)	Outros Ajustes	1
(vi)	Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual) - CEB Distribuição	(1.452)
	Outros Ajustes	<u>1.274</u>
		(178)
(vii)	Ajuste Equivalência Patrimonial (Empresas não consolidadas) - CEB Holding	1.471
(viii)	Outros Ajustes	538

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 - Controladora**

	01.01.2010 a 30.09.2010	Reclassificações	Ajustes	01.01.2010 a 30.09.2010 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	42.159	-	-	42.159
Custo com Energia Elétrica	-	-	-	-
Custo de Operação	(5.967)	5.967	-	-
Custo do serviço prestado a terceiros	(29.769)	-	-	(29.769)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	6.423	5.967	-	12.390
Despesas Operacionais	-	196	-	196
Despesas com vendas	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	(5.966)	-	(5.966)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	6.162	-	6.162
Receitas (Despesas) Financeiras	(1.727)	(1)	-	(1.728)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(11.319)	-	19.868 (i)	8.549
= RESULTADO OPERACIONAL	(6.623)	6.162	19.868	19.407
= LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E	(6.623)	6.162	19.868	19.407
IR e CSLL - Corrente	4.994	(6.162)	-	(1.168)
IR e CSLL - Diferido	-	-	-	-
= LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍC	(1.629)	-	19.868	18.239

(i) Refere-se ao ajustes de equivalência patrimonial decorrentes dos ajustes realizados nas empresas coligadas e controladas.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****Período de três meses findo em 30 de setembro de 2010 - Controladora**

	01.07.2010 a 30.09.2010	Reclassificações	Ajustes	01.07.2010 a 30.09.2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.648	-	-	20.648
Custo com Energia Elétrica	-	-	-	-
Custo de Operação	(2.040)	2.040	-	-
Custo do serviço prestado a terceiros	(9.329)	-	-	(9.329)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	9.279	2.040	-	11.319
Despesas Operacionais	(354)	(2.039)	-	(2.393)
Despesas com vendas	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(354)	(2.039)	-	(2.393)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	-	-
Receitas (Despesas) Financeiras	(517)	(1)	-	(518)
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.244	-	(10.000) (i)	6.244
= RESULTADO OPERACIONAL	24.652	-	(10.000)	14.652
= LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E II	24.652	-	(10.000)	14.652
IR e CSLL - Corrente	(1.027)	-	-	(1.027)
IR e CSLL - Diferido	-	-	-	-
= LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍO	23.625	-	(10.000)	13.625

(i) Refere-se ao ajustes de equivalência patrimonial decorrentes dos ajustes realizados nas empresas coligadas e controladas.

b) Conciliação do patrimônio líquido

	30/09/2010	30/09/2010
Patrimônio Líquido anteriormente apresentado	370.027	370.027
Ajustes acumulados no PL em 31.12.2009 (*)	115.546	115.546
Reclassificação da participação dos acionistas não controladores (**)	-	224.012
Ajustes no resultado do 3º Trimestre 2010 Acumulado - Controladores (***)	19.868	19.868
Efeito da adoção das novas práticas	135.414	359.426
Patrimônio Líquido reapresentado	505.441	729.453

* Vide demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

** Vide Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

*** Vide detalhamento dos ajustes nos quadros de reconciliação da DRE acima.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, a descrição dos principais ajustes e reclassificações decorrentes da aplicação dos novos Pronunciamentos Técnicos do CPC e das IFRS nas informações financeiras intermediárias evidenciadas anteriormente:

- i. Ativos e passivos regulatórios (CPC/IFRS - Estrutura Conceitual)** - Determinados ativos e passivos regulatórios foram baixados pela Companhia por não atenderem às definições de ativos e passivos em conformidade com o Pronunciamento CPC e as IFRS - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- ii. Contratos de concessão - ativo intangível e ativo financeiro indenizável (ICPC 1 e IFRIC 12)** - Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e dos direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos; e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, mensurados ao custo histórico, e que serão reversíveis no final da concessão. Estes ativos são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório antes dos impostos), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais.

A Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infra-estrutura utilizada na atividade de distribuição de energia elétrica nas suas datas de aquisição. Assim, foi utilizado o valor contábil para mensurar o ativo intangível e o ativo financeiro indenizável na data de transição (1º de janeiro de 2009).

- iii. Contratos de construção (CPC 17)** - Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.
- iv. Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26/IAS 1)**: Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorrem nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 26, os ativos e passivos fiscais diferidos passaram a ser apresentados integralmente no ativo/passivo não circulante.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

3 PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as informações financeiras intermediárias das controladas, controladas em conjunto e coligadas mencionadas na Nota Explicativa 1.

Empresa	Percentual da Participação (%)	
	30.09.2011	31.12.2010
CEB Distribuição S.A.	100	100
CEB Participações S.A.	100	100
CEB Geração S.A.	100	100
CEB Lajeado S.A.	59,93	59,93
CEBGAS S.A.	17	17
Energética Corumbá III S.A. (consolidação proporcional)	37,5	37,5

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Uniformização das práticas contábeis entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócio entre as empresas.

3.1. Base de consolidação

a. Combinações de negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2011 ou após essa data

Não houve aquisições societárias no Grupo após a data de transição da adoção das IFRS.

b. Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio ou resultado é reconhecido.

c. Investimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

d. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

e. Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

f. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Considerações gerais

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

b. Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

c. Gerenciamento de Risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das Companhias.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia. Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações da Companhia não correm riscos adicionais.

i. Risco de Crédito

- Distribuidora – A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a Companhia apresenta níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Na notas explicativas nº 04 estão descritos os critérios e os valores registrados relativos à imparidade da carteira de crédito. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

- Controladas e Coligadas – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à Companhia riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativização de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

ii. Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB Distribuidora, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, a CEB Distribuição vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

iii. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nº 08 e 22, respectivamente, às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através da Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, que requer sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia estima que a taxa de CDI em 30.09.2012 será de 10,00% (cenário de um ano), diante disso, fez uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta na taxa de CDI em relação a 30 de setembro de 2011, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários, possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de setembro de 2012 seria de 12,50% e 15,00% respectivamente.

Passivos financeiros	Risco	Base	Cenários Projetados - 30.09.2012		
		30.09.2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos	Alta da taxa do CDI	236.237	261.311	267.579	273.605
Passivo Líquido Exposto		236.237	261.311	267.579	273.605
Efeito Líquido da Variação da CDI			(25.074)	(31.342)	(37.368)

Os demais empréstimos foram contratados com taxas pré-fixadas, dessa forma não foram objeto de avaliação no quadro acima.

iv. Risco Cambial

São riscos provenientes das oscilações nos preços das moedas estrangeiras (dólar, principalmente), frente à moeda nacional (real).

A Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação CVA protege a empresa de eventual perda.

Entretanto essa compensação se realizará somente através do consumo.

Para avaliar o impacto de flutuações na taxa de câmbio foi feita uma análise utilizando cenários projetados.

Análise de Sensibilidade

Para o cenário base, foram ponderados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2011 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio (R\$/US\$ 1,72) previstas nas expectativas de mercado do relatório Focus do Bacen de 30.09.2011. Para os outros cenários, possível e remoto foi considerado uma deterioração de 25% e 50% respectivamente. Esta projeção considera a posição do cenário base simulada em 30.09.2012.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar-americano) está demonstrada a seguir:

Passivos financeiros	Risco	Base	Cenários Projetados 30.09.2012		
		30.09.2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Fornecedores					
Eletróbrás (Itaipu)	Alta do Dólar	17.352	16.094	20.118	24.142
Passivo Líquido Exposto		17.352	16.094	20.118	24.142
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		-	1.258	(2.766)	(6.790)

v. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

5 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infra-estrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A, CEB Lajeado S/A, CEB Participações S/A e Energética Corumbá III S.A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A;
- Distribuição e comercialização de gás combustível canalizado – tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado. Atua por intermédio da CEB Gás S/A.
- Holding – tem como atribuição a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no terceiro trimestre de 2011.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e 2010 está incluída abaixo:

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	30.09.2011
RECEITA OPERACIONAL	1.487.678	107.620	6.002	18.488	(85.622)	1.534.166
Fornecimento de energia elétrica	1.354.305	107.312	6.002	-	(85.622)	1.381.997
Energia de Curto Prazo	8.385	-	-	-	-	8.385
Disponibilização do Sist. de Transm. e Distrib.	24.150	-	-	-	-	24.150
Receita da Prestação de Serviços	3.969	308	-	18.488	-	22.765
Arrendamento e Aluguéis	15.216	-	-	-	-	15.216
Receita de Construção	76.400	-	-	-	-	76.400
Outras receitas operacionais	5.253	-	-	-	-	5.253
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(519.170)	(9.256)	(1.276)	(2.093)	-	(531.795)
Impostos	(273.140)	(1.036)	(1.276)	(383)	-	(275.835)
Contribuições	(130.391)	(7.282)	-	(1.710)	-	(139.383)
Encargos do Consumidor	(115.639)	(938)	-	-	-	(116.577)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	968.508	98.364	4.726	16.395	(85.622)	1.002.371
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(783.463)	(56.849)	(4.372)	-	85.622	(759.062)
Custo de bens e/ou serviços	-	-	(4.372)	-	-	(4.372)
Custo com Energia Elétrica	(585.208)	(44.397)	-	-	84.713	(544.892)
Energia elétrica comprada para revenda	(483.784)	(662)	-	-	84.713	(399.733)
Energia elétrica comprada p/ rev. - CP	(4.773)	(199)	-	-	-	(4.972)
Encargos de uso da rede elétrica	(96.651)	(9.827)	-	-	-	(106.478)
Arrendamento	-	(29.190)	-	-	-	(29.190)
Compensação Financ. Utiliz. De Recursos Hídricos	-	(4.519)	-	-	-	(4.519)
Custo de Operação	(198.255)	(12.452)	-	-	909	(209.798)
Pessoal e Administradores	(50.134)	(930)	-	-	-	(51.064)
Entidade de Previdência Privada	(1.776)	-	-	-	-	(1.776)
Material	(1.752)	(8)	-	-	-	(1.760)
Serviço de Terceiros	(24.838)	(2.996)	-	-	-	(27.834)
Depreciação e Amortização	(40.353)	(5.855)	-	-	-	(46.208)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elét.	(1.795)	(370)	-	-	-	(2.165)
Custo de Construção	(76.400)	-	-	-	-	(76.400)
Outros Custos de Operação	(1.207)	(2.293)	-	-	909	(2.591)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	-	(13.355)	-	(13.355)
Serviço de Terceiros	-	-	-	(13.355)	-	(13.355)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	185.045	41.515	354	3.040	-	229.954
Despesas Operacionais	(80.202)	(3.727)	(599)	(4.798)	-	(89.326)
Despesas com vendas	(58.628)	-	-	-	-	(58.628)
Pessoal e Administradores	(7.282)	-	-	-	-	(7.282)
Material	(2.440)	-	-	-	-	(2.440)
Serviço de Terceiros	(30.471)	-	-	-	-	(30.471)
Propaganda e Publicidade	(498)	-	-	-	-	(498)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvid.	(16.643)	-	-	-	-	(16.643)
Outras Despesas	(1.294)	-	-	-	-	(1.294)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	30.09.2011
Despesas gerais e administrativas	(74.876)	(3.175)	(599)	(6.850)	-	(85.500)
Pessoal e Administradores	(45.225)	(582)	-	(526)	-	(46.333)
Entidade de Previdência Privada	(2.170)	-	-	-	-	(2.170)
Material	(1.865)	(13)	-	(190)	-	(2.068)
Serviço de Terceiros	(22.099)	(2.327)	-	(5.880)	-	(30.306)
Depreciação e Amortização	(1.633)	(34)	-	(48)	-	(1.715)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	10.953	-	-	-	-	10.953
Benefício a Empregados	(5.400)	-	-	-	-	(5.400)
Outras provisões (reversões)	200	-	-	-	-	200
Outras Despesas	(7.637)	(219)	(599)	(206)	-	(8.661)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	53.302	(552)	-	2.052	-	54.802
RESULTADO DO SERVIÇO	104.843	37.788	(245)	(1.758)	-	140.628
Receitas (Despesas) Financeiras	(70.201)	1.738	20	(931)	-	(69.374)
Receitas Financeiras	19.806	4.802	20	158	-	24.786
Acréscimo moratório em conta de energia	5.452	-	-	-	-	5.452
Variação cambial sobre faturas de energia	1.002	-	-	-	-	1.002
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.495	185	-	119	-	1.799
Atualizações monetárias	4.866	-	-	-	-	4.866
Multas e penalidades aplicadas	2.050	-	-	-	-	2.050
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	4.941	4.617	20	39	-	9.617
Despesas Financeiras	(90.007)	(3.064)	-	(1.089)	-	(94.160)
Encargos de dívidas	(39.500)	-	-	(939)	-	(40.439)
Variação Cambial sobre faturas de energia	(2.475)	(1.866)	-	-	-	(4.341)
Atualizações monetárias	(20.776)	-	-	-	-	(20.776)
Atualização benefício pós-emprego	(6.119)	-	-	-	-	(6.119)
Compensação de descontinuidade de energia	(3.853)	-	-	-	-	(3.853)
Multas e penalidades aplicadas	(15.248)	-	-	-	-	(15.248)
Outras Despesas financeiras	(2.036)	(1.198)	-	(150)	-	(3.384)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	9.590	-	35.145	(37.906)	6.829
RESULTADO OPERACIONAL	34.642	49.116	(225)	32.456	(37.906)	78.083
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	34.642	49.116	(225)	32.456	(37.906)	78.083
IR e CSLL - Corrente	(9.936)	(11.244)	-	-	-	(21.180)
IR e CSLL - Diferido	(12.678)	-	-	-	-	(12.678)
Participação dos Minoritários	-	-	-	-	-	(11.769)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	12.028	37.872	(225)	32.456	(37.906)	32.456

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	30.09.2010
RECEITA OPERACIONAL	1.319.023	103.041	4.611	47.507	(80.324)	1.393.858
Fornecimento de energia elétrica	1.219.523	100.310	-	-	(80.324)	1.239.509
Energia de Curto Prazo	5.134	421	-	-	-	5.555
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	17.196	1.964	-	-	-	19.160
Receita da Prestação de Serviços	2.319	346	-	47.507	-	50.172
Arrendamento e Aluguéis	10.800	-	-	-	-	10.800
Receita de Construção	61.070	-	-	-	-	61.070
Outras receitas operacionais	2.981	-	4.611	-	-	7.592
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(450.625)	(8.817)	(980)	(5.348)	-	(465.770)
Impostos	(244.382)	(7.913)	(980)	(1.737)	-	(255.012)
Contribuições	(116.326)	-	-	(3.611)	-	(119.937)
Encargos do Consumidor	(89.917)	(904)	-	-	-	(90.821)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	868.398	94.224	3.631	42.159	(80.324)	928.088
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(708.216)	(57.701)	(4.101)	-	80.324	(689.694)
Custo com Energia Elétrica	(552.053)	(43.375)	(3.506)	-	80.324	(518.610)
Energia elétrica comprada para revenda	(455.604)	(4.889)	-	-	80.324	(380.169)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(8.498)	-	-	-	-	(8.498)
Encargos de uso da rede elétrica	(87.951)	(8.805)	-	-	-	(96.756)
Arrendamento	-	(29.681)	-	-	-	(29.681)
Compensação Financ. Utiliz. De Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	(3.506)	-	-	(3.506)
Custo de Operação	(156.163)	(14.326)	(595)	-	-	(171.084)
Pessoal e Administradores	(38.213)	(1.759)	(126)	-	-	(40.098)
Entidade de Previdência Privada	(1.615)	(311)	-	-	-	(1.926)
Material	(2.598)	(143)	(2)	-	-	(2.743)
Serviço de Terceiros	(25.740)	(4.787)	(102)	-	-	(30.629)
Depreciação e Amortização	(25.544)	(6.106)	(196)	-	-	(31.846)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(1.551)	(322)	-	-	-	(1.873)
Custo de Construção	(61.070)	-	-	-	-	(61.070)
Outros Custos de Operação	168	(898)	(169)	-	-	(899)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	-	(29.769)	-	(29.769)
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Material	-	-	-	(707)	-	(707)
Serviço de Terceiros	-	-	-	(29.062)	-	(29.062)
Outros Custos	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	160.182	36.523	(470)	12.390	-	208.625

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	30.09.2010
Despesas Operacionais	(131.067)	26	-	196	-	(130.845)
Despesas com vendas	(45.434)	-	-	-	-	(45.434)
Pessoal e Administradores	(8.646)	-	-	-	-	(8.646)
Material	(30)	-	-	-	-	(30)
Serviço de Terceiros	(30.841)	-	-	-	-	(30.841)
Propaganda e Publicidade	(1.446)	-	-	-	-	(1.446)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(3.069)	-	-	-	-	(3.069)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	-	-	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-	-	-
Outras provisões (reversões)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	(1.402)	-	-	-	-	(1.402)
Despesas gerais e administrativas	(85.633)	-	-	(5.966)	-	(91.599)
Pessoal e Administradores	(44.526)	-	-	(1.348)	-	(45.874)
Entidade de Previdência Privada	(1.974)	-	-	-	-	(1.974)
Material	(1.943)	-	-	(147)	-	(2.090)
Serviço de Terceiros	(25.383)	-	-	(4.596)	-	(29.979)
Depreciação e Amortização	(1.561)	-	-	(39)	-	(1.600)
Provisões (Reversões) Vinculadas a Litígio	6.036	-	-	-	-	6.036
Benefício a Empregados	(11.077)	-	-	-	-	(11.077)
Outras provisões (reversões)	6.674	-	-	-	-	6.674
Outras Despesas	(11.879)	-	-	164	-	(11.715)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	26	-	6.162	-	6.188
RESULTADO DO SERVIÇO	29.115	36.549	(470)	12.586	-	77.780
Receitas (Despesas) Financeiras	(41.621)	701	17	(1.728)	-	(42.631)
Receitas Financeiras	17.720	3.361	17	92	-	21.190
Acréscimo moratório em conta de energia	6.921	-	-	-	-	6.921
Variação cambial sobre faturas de energia	2.179	-	-	-	-	2.179
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	2.136	17	92	-	2.245
Atualizações monetárias	3.765	-	-	-	-	3.765
Multas e penalidades aplicadas	641	-	-	-	-	641
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	4.214	1.225	-	-	-	5.439
Despesas Financeiras	(59.341)	(2.660)	-	(1.820)	-	(63.821)
Encargos de dívidas	(37.610)	(2.000)	-	(1.717)	-	(41.327)
Variação Cambial sobre faturas de energia	(1.707)	-	-	-	-	(1.707)
Atualizações monetárias	367	-	-	-	-	367
Atualização benefício pós-emprego	(13.729)	-	-	-	-	(13.729)
Compensação de descontinuidade de energia	-	-	-	-	-	-
Multas e penalidades aplicadas	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas financeiras	(6.662)	(660)	-	(103)	-	(7.425)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	8.803	-	8.549	(10.201)	7.151

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

RESULTADO OPERACIONAL	(12.506)	46.053	(453)	19.407	(10.201)	42.300
	Distribuição	Geração	Gás	Outros	Eliminações	30.09.2010
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CSLL E IRPJ	(12.506)	46.053	(453)	19.407	(10.201)	42.300
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(4.798)	(9.740)	-	(1.168)	-	(15.706)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	1.465	-	-	-	-	1.465
Participação dos Minoritários	-	-	-	-	-	(9.820)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(15.839)	36.313	(453)	18.239	(10.201)	18.239

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Caixa e bancos conta- movimento	33	81	15.408	52.053
Aplicações financeiras de liquidez imediata	99	1.238	44.912	47.205
Total	132	1.319	60.320	99.258

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7 CONTAS A RECEBER

A composição dos valores oriundos da atividade de energia elétrica resulta das rubricas Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Serviços Prestados a Terceiros, Títulos de Crédito a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

a. Composição do contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	449.815	411.910
Serviços Prestados a Terceiros	27.138	23.636	30.000	45.466
Títulos de Créditos a Receber	-	-	46.892	26.631
Alienações a Receber	-	-	38.155	-
SubTotal	27.138	23.636	564.862	484.007
Prov. Cred. Liquidação Duvidosa	-	-	(84.338)	(67.695)
Total a Receber	27.138	23.636	480.524	416.312
Total Circulante	27.138	23.636	344.539	305.941
Total Não Circulante	-	-	135.985	110.371

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****b. Valores a receber por idade de vencimento (consolidado)**

Descrição	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30.09.2011
Classes de Consumidores				
Residencial	28.822	26.344	29.688	84.854
Industrial	2.686	2.715	2.753	8.154
Comércio, Serviços e Outros	18.164	17.317	43.521	79.002
Rural	1.850	1.431	4.806	8.087
Poder Público	8.717	2.640	68.935	80.292
Iluminação Pública	5.769	-	54.485	60.254
Serviço Público	7.325	1	1.237	8.563
Subtotal Consumidores	73.333	50.448	205.425	329.206
Serviço Taxado	456	425	753	1.634
Concessionárias e Permissionárias	3.662	800	1.899	6.361
Serviços Prestados a Terceiros (i)	970	182	25.986	27.138
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	87.074
Acréscimo Moratório Conta de Energia	-	-	-	47.379
Parcelamento a Faturar CP e LP	-	-	-	30.702
Alienações a Receber (e)	-	-	-	38.155
Arrecadação a Classificar	-	-	-	(3.233)
Outros				446
TOTAL	78.421	51.855	234.063	564.862
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (c)				(84.338)
Saldo do contas a receber líquido	78.421	51.855	234.063	480.524

(i) Valores relativos ao contas a receber da controladora.

c. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (consolidado)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

As seguir, um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

Descrição	30.09.2011	31.12.2010
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	26.726	24.914
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	2.740	2.000
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	47.902	32.569
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	3.840	3.794
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	61.687	72.398
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	32.955	28.851
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	1.219	3.926
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	1.891	2.000
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	<u>(94.622)</u>	<u>(102.757)</u>
Total	<u>84.338</u>	<u>67.695</u>

Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31/12/2010	<u>67.695</u>
Adições	16.643
Baixas	-
Saldo em 30/09/2011	<u>84.338</u>

d. Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias, compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item *d.1) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal* foram retirados do quadro abaixo:

Apresentamos a seguir, a composição desses créditos:

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias	30.09.2011	31.12.2010
Secretarias de Governo	56.039	52.564
Administrações Regionais	36.678	32.024
Empresas do GDF	980	15.215
Outras	925	2.954
Total	<u>94.622</u>	<u>102.757</u>

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

d.1) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal

Em agosto de 2011, a Companhia obteve êxito na ação judicial movida contra a Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativa a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no Acordo de Parcelamento firmado com a devedora corresponde à quantia de R\$ 28.237 mil, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, com juros de 1% ao mês. A taxa de juros utilizada está compatível com a praticada no mercado. Apresentamos a seguir o montante até 30 de setembro de 2011:

Valor do parcelamento em agosto de 2011	28.237
Amortização	(1.177)
Ajuste a Valor Presente	(5.451)
Valor parcelamento em 30/09/2011	21.609
Total Circulante	7.840
Total Não Circulante	13.769

e. Alienações a receber - Venda de Terreno

Em setembro de 2011, a Companhia efetuou a venda de um terreno de sua propriedade mediante licitação e anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica. O imóvel situado na L2 Norte Lote “H” da Quadra 601 foi vendido à Construtora Ipê Amarelo Empreendimentos Imobiliários por R\$ 54.223 mil, nas seguintes condições: R\$ 2.680 mil correspondente ao valor da caução, R\$ 13.556 mil correspondente a entrada de 25% e o restante R\$ 37.983 mil parcelado em 24 prestações mensais, remuneradas à taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês mais IGPM.

Alienações a Receber	<u>30.09.2011</u>
Valor parcelado	37.983
Apropriação juros	172
Total	38.155
Total do Circulante	19.161
Total do Não Circulante	18.994
Total	38.155

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
ICMS	-	-	6.563	3.821
ISS	-	-	2	-
COFINS	240	-	240	777
PIS	64	-	64	231
IRPJ	1.167	2253	14.352	10.928
CSLL	419	338	6.021	5.148
Outros (a)	1.346	-	2.317	8
Total Circulante	3.236	2.591	29.559	20.913
ICMS	-	-	8.655	13.975
IRPJ	-	-	3.401	3.401
CSLL	-	-	3.141	3.141
Total não Circulante	0	0	15.197	20.517
Total	3.236	2.591	44.756	41.430

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. No entanto, a CEB Distribuição não possui controles analíticos e estudo sobre eventuais perdas desses créditos, que possibilitem demonstrar que as compensações estão sendo realizadas em conformidade com a referida legislação. A Companhia está em processo de preparação e avaliação da adequação das compensações dos créditos tributários já realizados, cuja finalização não ocorreu até o presente momento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

9 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Créditos com Empregados	-	-	3.522	1.670
Energia Livre/Energia de Curto Prazo	-	-	-	102
Fundação de Previdência Privada – FACEB (a)	-	-	4.691	1.919
Títulos de Crédito a Receber (b)	-	-	18.626	17328
Serviços em Curso	-	-	4.380	1.573
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	-	-	4.807	4.409
Dividendos a Receber	7.152	9.369	6.215	4.415
Outros	48	18	4.598	1.370
TOTAL	7.200	9.387	46.839	32.786
Total do Circulante	7.183	9.387	28.809	15.229
Total do Não Circulante	17	-	18.030	17.557

(a) A variação no saldo corresponde aos adiantamentos efetuados pela CEB D ao Fundo de Pensão para cobertura de despesas do plano assistencial. Mensalmente, o Fundo presta contas do valor utilizado mediante prestação de contas junto a CEB D, que realizada a baixa dos adiantamentos. Contudo, o Fundo não apresentou as prestações de contas, ficando o saldo em aberto em 30 de setembro de 2011.

(b) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferenciais cumulativas e resgatáveis das classes “A” e “B” emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.

10 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Vencimento	Consolidado	
		30.09.2011	31.12.2010
Aplicação Financeira (a)	2019	8.508	7.699
Fundos Vinculados a Empréstimo e Financiamento (b)	2023	1.581	1.586
Total		10.089	9.285

a) A Controlada CEB Participações participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação – FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:

- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM no. 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
- Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
- Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo; e
- Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforma cláusula contratual.

A Companhia tem interesse em manter o investimento até o seu resgate, que ocorrerá em 2019 e possui capacidade financeira para manter este instrumento financeiro até o vencimento. De acordo com o regulamento do FIP, a responsabilidade da Companhia está limitada as suas cotas.

- b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2.023).

11 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras on-line efetuadas pelas instituições financeiras nas contas correntes da CEB Distribuição S.A., em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil, além das Cauções referentes a leilões de energia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Bloqueios Judiciais Contingências Trabalhistas e Cíveis	74	5	5.312	6.286
Cauções	-	-	1.094	3.582
Depósitos recursais	-	-	1.087	1.277
Total	74	5	7.493	11.145

12 BENS DESTINADOS A ALIENAÇÃO

Imóveis	Localidade	Tamanho	Controladora	
			30.09.2011	31.12.2010
Terrenos	Diversas Localidades		2.850	2.850
Total			2.850	2.850

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado	
			30.09.2011	31.12.2010
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²	1.569	1.569
Terreno (a)	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF	284.160 m ²	274.400	274.400
Diversos	Diversas Localidades		11.083	10.908
Total			287.052	286.877

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) Em 2009, o controlador aumentou o capital da Companhia por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital a fim de atender o “Compromisso de Subscrição de Ações” constante da Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. A ANEEL, por meio do Ofício 1.358/2009 – SFF/ANEEL, de 18 de setembro de 2009 ressaltou que a Resolução nº 958/2007 somente seria cumprida após a alienação do imóvel. A Companhia fez duas tentativas de venda do terreno, mediante licitação, em 22 de julho de 2010 e 03 de agosto de 2010 e não compareceram proponentes, restando deserta a licitação. Em 27 de setembro de 2011, a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a CEB e a CEB Distribuição S.A – CEB D, via contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa operação envolve a aquisição do terreno referido acima pelo GDF. Entretanto, a possível aquisição do terreno pelo GDF dependerá do desfecho final da operação de empréstimo junto ao BNDES, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 05 de janeiro de 2012. O imóvel continua registrado pelo valor que ingressou na Companhia por meio do mencionado aumento de capital que não supera o valor justo, que foi apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada.

13 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador), está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infra-estrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	343.738
Adições	26.521
Baixas	(426)
Saldos em 30 de Setembro de 2011	<u>369.833</u>

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

14 INVESTIMENTOS

a) Participações em Empresas Coligadas e Controladas

Discriminação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações detidas pela CEB	Valor Contábil 30.09.2011	Valor Contábil 31.12.2010
CEB Distribuição S.A.	350.532	272.483	100%	100%	350.532.450	272.484	260.456
CEB Geração S.A.	7.575	18.529	100%	100%	7.575.212	18.529	13.172
CEB Participações S.A.	41.271	51.862	100%	100%	41.270.415	51.862	51.414
CEB Lajeado S.A.(a)	145.656	334.821	59,93%	59,30%	82.013.911	110.526	110.950
Companhia Brasileira de Gás S.A.	3.871	2.488	17%	51,00%	30.600	423	427
Corumbá Concessões S.A. (b)	375.453	218.199	36,95%	9,30%	256.009.911	83.849	86.612
Energética Corumbá III S.A.	121.586	126.342	37,50%	25,00%	45.594.793	48.225	46.261
BSB Energética S.A.	1.957	17.322	9%	9,00%	176.157	1.559	1.524
Outros						190	194
Total						587.647	571.010

(a) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 7.006 da Reserva de Investimento da Controlada que por força de acordo de Acionista é integralmente da CEB, independentemente do percentual de participação de cada acionista; e

(b) O valor do Investimento inclui o saldo de R\$ 3.232, referente à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

- Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora	31.12.2010	Aumento de capital	Dividendos	Outros	Resultado de equivalência	30.09.2011
CEB Distribuição S/A	260.456				12.028	272.484
CEB Geração S/A	13.172				5.357	18.529
CEB Participações S/A	51.414		(6.032)		6.480	51.862
CEB Lajeado S/A	110.950		(12.540)		12.116	110.526
Companhia Brasileira de Gás S/A	427	34			(38)	423
Corumbá Concessões S/A	86.612				(2.763)	83.849
Energética Corumbá III S/A	46.261			(1)	1.965	48.225
TOTAL	569.292	34	(18.572)	-	35.145	585.898

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

b) Resultado de participações em Coligadas e Controladas

Discriminação	Resultado da Empresa no período	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas 30.09.2011	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas 30.09.2010
CEB Distribuição S.A.	12.028	12.028	(15.839)
CEB Geração S.A.	5.356	5.356	7.102
CEB Participações S.A.	6.481	6.481	7.009
CEB Lajeado S.A.	21.664	12.115	10.331
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(225)	(38)	(77)
Corumbá Concessões S.A.	(7.474)	(2.762)	(1.652)
Energética Corumbá III S.A.	1.964	1.965	1.675
BSB Energética S.A.	(425)	-	-
Total	39.369	35.145	8.549

c) Investimentos em Controladas e Coligadas no Consolidado

Segue abaixo os investimentos diretos e indiretos que não são consolidados em razão da CEB não possuir o controle e nem exercer influencia significativa:

Consolidado	30.09.2011	31.12.2010
Consórcio Queimado e outros (investimento indireto por meio da CEBPar)	7.784	7.503
Investco S.A. e outros (investimento indireto por meio da CEB Lajeado S.A.)	183.017	173.426
Corumbá Concessões S.A. (investimento direto não consolidado)	91.820	94.583
BSB Energética S.A. (investimento direto não consolidado)	1.559	1.524
Outros	1.039	8.083
Total	285.219	285.119

d) Informações adicionais sobre empresa de controle conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais	30.09.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	3.946	2.104
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.573	2.549
Outros Créditos	559	97
Fundos Vinculados	4.216	4.228
Imobilizado	211.516	214.872
Intangível	279	271
Total de Ativos	223.089	224.121

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Contas Patrimoniais	30.09.2011	31.12.2010
Fornecedores	550	9.375
Títulos e Contribuições Sociais	374	375
Taxas e Encargos Regulamentares	391	313
Obrigações Estimadas	84	40
Dívidas com Pessoas Ligadas	9.512	17.627
Dividendos a Pagar	-	1.467
Folha de Pagamento	11	38
Empréstimos, Financiamentos e Encargos (CP e LP)	85.575	90.942
Outras Obrigações	250	2.136
Patrimônio Líquido	126.342	101.808
Total Passivo + Patrimônio Líquido	223.089	224.121

Contas de Resultado	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011	01.07.2010 a 30.09.2010	30.09.2010
Receita Operacional	7.612	22.660	6.957	20.554
Deduções da Receita	(350)	(1.043)	(321)	(946)
Custos e Despesas Operacionais	(2.957)	(8.685)	(2.708)	(8.348)
Resultado Financeiro	(1.787)	(5.494)	(2.034)	(6.057)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3)	(1.471)	1	(11)
Impostos e Contribuições Sociais	(275)	(729)	(209)	(615)
Lucro	2.240	5.238	1.686	4.577

15 IMOBILIZADO

Esses ativos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

Descrição	Controladora				Taxas Anuais de Depreciações (%)
	30.09.2011 Custo	30.09.2011 Depreciação	30.09.2011 Valor Líquido	31.12.2010 Valor Líquido	
Imobilizado em Serviço					
Terrenos				10.280	
Máquinas e Equipamentos	474	(146)	328	371	3,3 a 6,7
Veículos	97	(97)			20
Móveis e Utensílios	148	(23)	125	123	10
Outros	8	(7)	1	7	
Subtotal	727	(273)	454	10.781	
Imobilizado em Curso	11.380		11.380	1.098	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Total	12.107	(273)	11.834	11.879	
Consolidado					
Descrição	30.09.2011 Custo	30.09.2011 Depreciação	30.09.2011 Valor Líquido	31.12.2010 Valor Líquido	Taxas Anuais de Depreciações (%)
Imobilizado em Serviço					
Terrenos	10.671		10.671	10.298	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	58.130	(4.437)	53.693	91.252	2,0 a 7,7
Edificações	20.568	(7.889)	12.679	5.204	2,0 a 4,0
Máquinas e Equipamentos	62.903	(28.681)	34.223	11.206	3,3 a 6,7
Veículos	7.413	(7.035)	378	673	20
Móveis e Utensílios	3.790	(2.429)	1.361	1.094	10
Outros	8	(7)	1	7	
Subtotal	163.483	(50.477)	113.006	119.734	
Imobilizado em Curso					
	83.709	-	83.709	77.627	
Total	247.192	(50.477)	196.715	197.361	

16 INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

Descrição	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido 30.09.2011	Valor Líquido 31.12.2010
a) Intangíveis direito de uso da concessão				
Direito de uso da concessão	266.270	(105.074)	161.196	199.569
(-) Obrigações Especiais (*)	(26.710)		(26.710)	(32.053)
Em Serviço	239.560	(105.074)	134.486	167.516
Direito de uso da concessão	121.458		121.458	80.964
(-) Obrigações Especiais (*)	(22.623)		(22.623)	(3.782)
Em Curso	98.835		98.835	77.182
Total do direito de uso da concessão	338.394	(105.074)	233.320	244.698
b) Outros Intangíveis				
Em serviço	47.535	(36.604)	10.931	12.096
Em curso	1.211		1.211	1.698
Direito de Exploração de Concessão (**)	158.946	(33.850)	125.096	129.512
Total outros Intangíveis	207.692	(70.454)	137.238	143.306
TOTAL	546.086	(175.528)	370.558	388.004

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

(*) **Obrigações vinculadas à concessão** - São representadas pelos valores e/ou bens recebidos de consumidores, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Para fins de elaboração do balanço patrimonial, os saldos dessas obrigações foram deduzidos do ativo intangível, conforme Instrução do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro indenizável (nota 13).

(**) A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Instrumento este que estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452 mil, que também representa 20% da dívida da Investco para com a Eletrobrás. Esse valor será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

b) Movimentação do Intangível

Descrição	Direito de uso da concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração Concessão	
Ativo Intangível em 31.12.2010	167.517	77.182	12.096	1.697	129.512	388.004
Adições	6.163	76.414	1.158	661		84.396
Baixas	(610)	(35.921)	(463)	(1.147)		(38.141)
Amortização	(43.927)	-	(1.860)	-	(4.416)	(50.203)
Obrigações Especiais	5.342	(18.840)	-	-		(13.498)
Ativo Intangível em 30.09.2011	134.485	98.835	10.931	1.211	125.096	370.558

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

17 FORNECEDORES

A composição do saldo da conta “Fornecedores” é a seguinte:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	16.800	12.417
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	76.422	67.394
Materiais e Serviços	4.650	9.669	46.896	63.176
Total Geral	4.650	9.669	140.118	142.987

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) Obrigações Tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
ICMS	-	1	93.106	76.584
ISS	28	281	1.325	1.640
IRPJ	1.078	3.638	14.582	5.879
Retenções IRRF/CSLL/COFINS	190	-	3.771	1.971
COFINS	92	1.662	7.090	7.012
PIS	23	360	1.542	1.586
CSLL	393	1.318	5.344	2.026
Outros	53	621	3.548	4.240
IRPJ Diferido			4.659	
CSLL Diferido			1.680	
Total Circulante	1.857	7.881	136.647	100.938
Total Não Circulante	-	-	1.684	1.369

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S/A, CEB Lajeado S/A é o lucro real anual com antecipações mensais.

b) Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído aos terrenos. Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S/A, como aporte de capital e está registrado como disponível para alienação. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por oportunidade da venda dos terrenos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
IRPJ	71.522	71.522	76.181	71.522
CSLL	25.748	25.748	27.428	25.748
COFINS				
PIS				
Total Não Circulante	97.270	97.270	103.609	97.270

19 ENCARGOS REGULATÓRIOS

Descrição	Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (a)	33.738	30.937
Consumidores	7.065	6.043
Encargos do Consumidor a Recolher	15.800	14.871
Contribuição de Iluminação Pública (c)	64.467	54.318
Total Circulante	121.070	106.169
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética	6.287	-
Superávit de baixa renda (b)	81.067	74.688
Total Não Circulante	87.354	74.688

a) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (Consolidado)

A Controlada CEB Distribuição, por ser uma distribuidora, do segmento de energia elétrica é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo a ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente. A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	30.09.2011	31.12.2010
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	380	238
Ministério de Minas e Energia (MME)	190	114
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	9.167	6.811
Programa de Eficiência Energética (PEE)	<u>30.288</u>	<u>23.774</u>
Subtotal	<u>40.025</u>	<u>30.937</u>
Total do Circulante	33.738	30.937
Total do Não Circulante	6.287	-

b) Superávit de Baixa Renda (Consolidado)

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

No exercício de 2009 foi realizado o montante de R\$ 22.984, relativo ao valor homologado em 26.08.2008.

c) Contribuição de Iluminação Pública (Consolidado)

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública. e
- II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrado:

Entidades	Controladora		Consolidado		Encargos
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010	
Banco do Brasil S.A.	-	-		4.375	CDI + SPREAD de 1,57% a.a
ELETOBRÁS	-	-	70.953	66.358	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. de Adm. + variação da UFIR/IGP-M
Banco do Brasil S.A. (FCO I, II e III)	-	-	94.810	93.906	Juros de 10% a.a atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil S.A. (Finame)	-	-	8.250	8.501	Juros de 4,5% a.a
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	21.538	CDI + juros de 2,99% a.a.
Banco Bic Banco S.A	-	-	-	29.000	CDI + juros de 0,50 a.m
Banco Mercantil do Brasil S.A	-	-	-	15.000	CDI + juros de 0,65% (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal	-	-	183.570	198.948	CDI + juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal	-	-	-	5.834	CDI + juros de 0,32% ao mês.
BNDES	-	-	32.091	34.103	TJLP + 1,72% ao ano.
Banco CEF	-	-	50.000	-	129% do CDI Cetip
Caixa Econômica Federal	-	-	2.667	8.666	100% CDI + juros de 0,32% a.m
CEB Lajeado	2.667	8.666	-	-	CDI+ Juros de 3,90% ao ano.
Total	2.667	8.666	442.341	486.229	
Total do Circulante	2.667	8.000	125.237	154.199	
Total do Não Circulante	-	666	317.104	332.030	

As obrigações são atualizadas pela variação monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

As dívidas de longo prazo consolidadas serão liquidadas até o ano de 2023 e possuem seus vencimentos anuais conforme cronograma a seguir:

ANO	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
VALOR	17.867	77.613	79.606	63.418	78.600	317.104

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

21 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

a) Quadro demonstrativo da composição das provisões:

Provisões	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Trabalhistas	30	30	3.842	4.930
Cíveis	298	298	7.096	8.446
Regulatórias/Fiscais	7.560	9.612	50.079	61.447
TOTAL	7.888	9.940	61.017	74.823
Total Circulante	7.888	9.940	15.030	20.547
Total Não Circulante	-	-	45.987	54.276

b) Quadro demonstrativo da movimentação das provisões: deve ser comparativo

CONTROLADORA					
	31.12.2010	Constituição	Atualizações	Baixa/(Reversão)	30.09.2011
Trabalhistas	30	-	-	-	30
Cíveis	298	-	-	-	298
Fiscais	9.612	-	-	(2.052)	7.560
TOTAL	9.940	-	-	(2.052)	7.888

CONSOLIDADO					
	31.12.2010	Constituição	Atualizações	Baixa/(Reversão)	30.09.2011
Trabalhistas	4.921	1.091	(705)	(1.465)	3.842
Cíveis	7.654	885	(17)	(1.426)	7.096
Regulatórias/Fiscais	62.248	2.471	2.660	(17.300)	50.079
TOTAL	74.823	4.447	1.938	(20.191)	61.017

A Administração da Controladora e de suas controladas consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

c) Breve histórico das contingências

c.1) Demandas Trabalhistas

Os principais pedidos do objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das provisões trabalhistas é com base na Taxa Referencial – TR.

c.2) Demandas Cíveis

A maioria das causas cíveis são relacionadas a pleitos de danos materiais e morais além de discussões quanto a relação de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das provisões cíveis é com base no INPC.

c.3) Demandas Regulatórias

As principais provisões regulatórias são decorrentes das multas interposta pela ANEEL no processo de fiscalização sendo que a Companhia ajuizou ações na Justiça Federal contra as respectivas multas. As principais provisões regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e relativas à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A movimentação ocorrida em junho de 2011, refere-se substancialmente a reversão de provisão no montante de R\$ 15.258, efetuada pela Controlada CEB Distribuição, cuja decisão da Companhia foi de assumir o pagamento de multas aplicadas pelo órgão regulador. A Companhia, juntamente com seus assessores legais, concluiu pela precariedade de êxito no Judiciário para desconstituição dos efeitos dos Autos de Infração.

c.4) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

c.5) Contingências trabalhistas e cíveis – risco possível

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$ 1.151 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 1.329 em 2010), substancialmente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

c.6) Outras Contingências

A coligada Corumbá Concessões foi notificada em dezembro de 2006 pela acionista Serveng Civilsan S.A a respeito de um pleito para ressarcimento por perdas e danos originado da execução de um contrato de obra, cujo valor é de R\$ 122.601. Até a data de encerramento destas informações financeiras intermediárias não foram identificadas evidências objetivas quanto à procedência do mérito do pleito bem como quanto aos valores envolvidos. A administração, com base nas normas para registro de provisões e passivos contingentes, contidas no CPC 25 e IAS 37, entende que o referido pleito não é uma obrigação ou uma contingência cuja probabilidade de desembolso de caixa seja provável. Como consequência, nenhuma provisão foi consignada nas informações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2011.

22 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Descrição	30.09.2011	31.12.2010
Plano de previdência (a)	111.934	118.213
Plano de assistência (b)	115.100	109.699
Programa de demissão voluntária (c)	<u>31.746</u>	<u>43.359</u>
	<u>258.780</u>	<u>271.271</u>
Total circulante	<u>51.899</u>	<u>55.614</u>
Total não circulante	<u>206.881</u>	<u>215.657</u>

a. Planos de benefícios

A Companhia é patrocinadora da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo complementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	30.09.2011	30.09.2010
Previdência	3.946	3.589
Assistência	14.225	13.145
Total	18.171	16.734

b. Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada "suplementar", pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de setembro de 2011:

Contrato 083/2001	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo Contratual em 31/12/2010	114.198	25.659	88.539
Amortização no período	(16.656)	(16.656)	-
Atualizações no período	11.279	2.314	8.965
Transferências para o circulante	-	14.400	(14.400)
Passivo Contratual em 30/09/2011	108.821	25.717	83.104

Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo está assim contabilizada:

	30.09.2011	31.12.2010
Contribuições para o plano	1.685	4.015
Contrato de dívida	<u>108.821</u>	<u>114.198</u>
Total	<u>110.506</u>	<u>118.213</u>

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

c. Programa de desligamento voluntário

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2009 obrigações com dois Programas de Desligamento Voluntário, o Programa de Desligamento Voluntário I (de 2005 a 2009) e o Programa de Desligamento Voluntário II (de 2006 a 2015).

O Programa de Desligamento Voluntário - PDV I implementado em 2005 pela Companhia Energética de Brasília - CEB contou com a adesão de 212 empregados que tinham condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2005 a 2009. As obrigações foram extintas no decorrer do exercício de 2009, sendo as últimas indenizações pagas em janeiro de 2010.

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II no período:

Descrição	Total	Circulante	Não circulante
Passivo em 31/12/2010	43.359	16.852	26.507
Amortização no período	(12.011)	(12.011)	-
Atualizações no período	398	-	398
Transferências para o circulante	-	9.732	(9.732)
Passivo em 30/09/2011	<u>31.746</u>	<u>14.573</u>	<u>17.173</u>

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056, em 31 de março de 2011, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro 2009 e 01 de janeiro de 2009. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias	PNA	PNB	Total	%
Governo Do Distrito Federal	4.088.677	-	2.265.601	6.354.278	69,1927
Centrais Eletricas Bras SA	-	194.377	107.707	302.084	3,2894
Cia Urbanizadora Da Nova Capital Do Brasil - Novacap	150.473	-	83.379	233.852	2,5464
Regius Sociedade Civil De Previdencia Privada	97.380	42.020	71.813	211.213	2,2999
Bradesco Capitalizacao S/A	57.340	129.920	-	187.260	2,0391
Opportunity Logica Ii Fundo De Investimento Em Acoes	44.600	-	24.713	69.313	0,7548
Fundo Mutuo Inv Acoes Cart Livre Mistyque	-	-	115.800	115.800	1,2610
Vinci Gas Canoy Dividendos Fundo De Investimento Em Acoes	33.200	76.900	-	110.100	1,1989
International Markets Investments C.V.	29.800	-	15.958	45.758	0,4983
Clube De Investimentos MVA	-	-	94.800	94.800	1,0323
Outros	74.962	869.785	514.253	1.459.000	15,8873
Total	4.576.432	1.313.002	3.294.024	9.183.458	100

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056, em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de valor aportado pela Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal, em atendimento a Lei No. 3.589/2005 e pela Lei No. 3.710/2005, cujos valores a Companhia destinou para a realização de aportes na CEB Participações para viabilização de sua participação na Corumbá Concessões S.A.

O total do adiantamento será objeto de aprovação de Acordo de Acionistas e de deliberação na Assembleia Geral de Acionistas, que ocorrerá em 2012. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico. (o contrato de AFAC atende as normas para registro em PL? Tem identificação das quantidades de ações que serão emitidas?)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****24 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO****a) Receita Líquida**

	Controladora		Consolidado	
	01.07.2011 a 30.09.2011	01.07.2010 a 30.09.2010	01.07.2011 a 30.09.2011	01.07.2010 a 30.09.2010
RECEITA OPERACIONAL	7.231	23.270	532.641	482.677
Fornecimento de energia elétrica	-	-	481.010	422.443
Energia de Curto Prazo	-	-	(1.124)	(828)
Disponib. do Sistema de Transm. e Distrib.	-	-	8.670	7.769
Receita da Prestação de Serviços	7.231	23.270	8.500	24.437
Arrendamento e Aluguéis	-	-	5.718	3.722
Receita de Construção	-	-	28.738	21.744
Outras receitas operacionais	-	-	1.129	3.390
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(825)	(2.622)	(183.940)	(159.908)
Impostos	(156)	(1.252)	(94.792)	(85.326)
Contribuições	(669)	(1.370)	(46.990)	(43.508)
Encargos do Consumidor	-	-	(42.158)	(31.074)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.406	20.648	348.701	322.769

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
RECEITA OPERACIONAL	18.488	47.507	1.534.166	1.393.858
Fornecimento de energia elétrica	-	-	1.381.997	1.239.509
Energia de Curto Prazo	-	-	8.385	5.555
Disponib. do Sistema de Transm. e Distrib.	-	-	24.150	19.160
Receita da Prestação de Serviços	18.488	47.507	22.765	50.172
Arrendamento e Aluguéis	-	-	15.216	10.800
Receita de Construção	-	-	76.400	61.070
Outras receitas operacionais	-	-	5.253	7.592
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(2.093)	(5.348)	(531.795)	(465.770)
Impostos	(383)	(1.737)	(275.835)	(255.012)
Contribuições	(1.710)	(3.611)	(139.383)	(119.937)
Encargos do Consumidor	-	-	(116.577)	(90.821)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16.395	42.159	1.002.371	928.088

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

b) Custo com Energia Elétrica

	Controladora		Consolidado	
	01.07.2011 a 30.09.2011	01.07.2010 a 30.09.2010	01.07.2011 a 30.09.2011	01.07.2010 a 30.09.2010
Custo com Energia Elétrica	-	-	(192.459)	(181.125)
Energia elétrica comprada p/ revenda	-	-	(139.414)	(133.623)
Energia elétrica comprada p/ revenda - CP	-	-	(1.152)	(6.063)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(39.738)	(33.427)
Arrendamento	-	-	(9.730)	(9.251)
Compensação Financ. Utiliz. De Rec. Hidr.	-	-	(1.005)	2.511
Custo de bens e/ou serviços	-	-	(1.420)	(1.272)
Custo de Operação	-	-	(76.210)	(60.810)
Pessoal e Administradores	-	-	(18.182)	(14.022)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(624)	(864)
Material	-	-	(674)	(1.398)
Serviço de Terceiros	-	-	(9.931)	(10.507)
Depreciação e Amortização	-	-	(15.651)	(11.192)
Taxa de Fiscalização de Serviço Ener. Elét.	-	-	(782)	(669)
Custo de Construção	-	-	(28.738)	(21.744)
Outros Custos de Operação	-	-	(1.628)	(414)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(3.029)	(9.329)	(3.029)	(9.329)
Pessoal	-	-	-	-
Material	-	(494)	-	(494)
Serviço de Terceiros	(3.029)	(8.835)	(3.029)	(8.835)
Outros Custos	-	-	-	-
TOTAL	(3.029)	(9.329)	(271.698)	(251.264)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Custo com Energia Elétrica	-	-	(549.264)	(518.610)
Energia elétrica comprada p/ revenda	-	-	(399.733)	(380.169)
Energia elétrica comprada p/ revenda - CP	-	-	(4.972)	(8.498)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(106.478)	(96.756)
Arrendamento	-	-	(29.190)	(29.681)
Compensação Financ. Utiliz. De Rec. Hidr.	-	-	(4.519)	
Custo de bens e/ou serviços	-	-	(4.372)	(3.506)
Custo de Operação	-	-	(209.798)	(171.084)
Pessoal e Administradores	-	-	(51.064)	(40.098)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(1.776)	(1.926)
Material	-	-	(1.760)	(2.743)
Serviço de Terceiros	-	-	(27.834)	(30.629)
Depreciação e Amortização	-	-	(46.208)	(31.846)
Taxa de Fiscalização de Serviço Ener. Elét.	-	-	(2.165)	(1.873)
Custo de Construção	-	-	(76.400)	(61.070)
Outros Custos de Operação	-	-	(2.591)	(899)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(13.355)	(29.769)	(13.355)	(29.769)
Material		(707)		(707)
Serviço de Terceiros	(13.355)	(29.062)	(13.355)	(29.062)
TOTAL	(13.355)	(29.769)	(772.417)	(719.463)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS****c) Custos e Despesas Operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	01.07.2011 a 30.09.2011	01.07.2010 a 30.09.2010	01.07.2011 a 30.09.2011	01.07.2010 a 30.09.2010
Despesas com vendas	-	-	(16.544)	(14.947)
Pessoal e Administradores	-	-	(2.526)	(3.039)
Material	-	-	(529)	(10)
Serviço de Terceiros	-	-	(9.209)	(9.989)
Propaganda e Publicidade	-	-	(488)	-
Depreciação e Amortização	-	-	-	-
Provisão (Reversão) para Deved. Duvid.	-	-	(3.370)	(1.429)
Provisões (Reversões) Vinc. a Litígio	-	-	-	-
Benefício a Empregados	-	-	-	-
Outras provisões (reversões)	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	(422)	(480)
Despesas gerais e administrativas	(3.823)	(2.393)	(37.753)	(27.103)
Pessoal e Administradores	(182)	(792)	(16.692)	(17.882)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(762)	(676)
Material	(187)	(29)	(857)	(488)
Serviço de Terceiros	(3.340)	(1.510)	(11.821)	(8.853)
Depreciação e Amortização	(16)	(13)	(599)	(592)
Provisões (Reversões) Vinc. a Litígio	-	(354)	(649)	(4.100)
Benefício a Empregados	-	-	(1.822)	5.356
Outras provisões (reversões)	-	-	200	3.316
Outras Despesas	(98)	305	(4.751)	(3.184)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	40	-	53.330	30
TOTAL	(3.783)	(2.393)	(967)	(42.020)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Despesas com vendas	-	-	(58.628)	(45.434)
Pessoal e Administradores			(7.282)	(8.646)
Material			(2.440)	(30)
Serviço de Terceiros			(30.471)	(30.841)
Propaganda e Publicidade			(498)	(1.446)
Depreciação e Amortização			-	-
Provisão (Reversão) para Deved. Duvid.			(16.643)	(3.069)
Provisões (Reversões) Vinc. a Litígio			-	-
Benefício a Empregados			-	-
Outras provisões (reversões)			-	-
Outras Despesas	-	-	(1.294)	(1.402)
Despesas gerais e administrativas	(6.850)	(5.966)	(85.500)	(91.599)
Pessoal e Administradores	(526)	(1.348)	(46.333)	(45.874)
Entidade de Previdência Privada			(2.170)	(1.974)
Material	(190)	(147)	(2.068)	(2.090)
Serviço de Terceiros	(5.880)	(4.596)	(30.306)	(29.979)
Depreciação e Amortização	(48)	(39)	(1.715)	(1.600)
Provisões (Reversões) Vinc. a Litígio			10.953	6.036
Benefício a Empregados			(5.400)	(11.077)
Outras provisões (reversões)	-		200	6.674
Outras Despesas	(206)	164	(8.661)	(11.715)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	2.052	6.162	54.802	6.188
TOTAL	(4.798)	196	(89.326)	(130.845)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

25 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração/Conselho Fiscal e Diretoria da CEB são apresentados como segue:

Benefícios de Curto Prazo	
	30.09.2011
Conselho de Administração	212
Conselho Fiscal	123
Diretoria	1.455
Total	1.790

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Sumário das transações com partes relacionadas

A CEB celebrou Contrato com a CEB Distribuição S.A. para Rateio/Ressarcimento de Despesas e Custos Diretos e Indiretos.

A relação de suas participações em empresas coligadas e controladas está demonstrada na Nota Explicativa 01.

Os saldos das operações ativas e passivas da CEB com as partes relacionadas no período são os seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Transações com Partes Relacionadas	Vínculo com a CEB-Holding	Condições de realização das transações	30.09.2011	31.12.2010
Ativo			134.400	140.915
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Holding	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	a)	2.134	1.556
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Geração	CEB Geração e CEB Distribuição (Estão sob controle comum)	a)	77	58
Créditos a receber por cessão de pessoal da CEB Distribuição com a CEB-Lajeado	CEB Lajeado e CEB Distribuição (Estão sob controle comum)	a)	45	
Créditos a receber de fatura de energia elétrica (fornecimento) aos órgãos do GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	b)	94.622	102.756
Títulos a receber da CAESB - Empresa ligada ao GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	c)	21.609	
Créditos a receber de serviços prestados ao GDF (Serviços de IP) - GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	j)	27.138	23.636
Dividendos e JCP a receber, entre a CEB Holding e o grupo	CEB Lajeado (Está sob controle comum) e Corumbá III (Participa do grupo controlador)	f)	7.152	9.677
Adiantamento para futuro aumento de capital, entre a CEB Holding e a Corumbá Concessões	Corumbá Concessões (Coligada)	g)	3.232	3.232
Passivo			93.215	84.944
Suprimento de Energia da CEB Lajeado para a CEB Distribuição	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	d)	9.655	8.847
Suprimento de Energia da Corumbá Concessões para a CEB Distribuição	Corumbá Concessões (Coligada)	d)	9.731	9.063
Suprimento de Energia da Corumbá III para a CEB Distribuição	Corumbá III (Participa do grupo controlador)	d)	2.573	2.549
Contribuição de Iluminação Pública - GDF	Governo do Distrito Federal (Controlador)	i)	64.467	54.318
Adiantamento de Dividendos, entre a CEB Participações e a CEB Holding	CEB Participações (Está sob controle comum)	f)	-	1.500
Adiantamento de Dividendos, entre a CEB Geração e a CEB Holding	CEB Geração (Está sob controle comum)	f)	4.122	-
Empréstimo entre a CEB Holding e a CEB Lajeado	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	h)	2.667	8.667

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Transações com Partes Relacionadas	Vínculo com a CEB-Holding	Condições de realização das transações	30.09.2011	30.09.2010
Receita			18.515	47.532
Receita de Prestação de Serviços de Manutenção e Obras do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal	Governo do Distrito Federal (Controlador)	j)	18.488	47.507
Receita de Locação, da CEB Distribuição com a CEB Holding	CEB Distribuição (Está sob controle comum)	e)	27	25
Despesa			184.031	172.414
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da Corumbá III	Corumbá III (Participa do grupo controlador)	d)	22.133	20.477
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da CEB Lajeado S.A	CEB Lajeado (Está sob controle comum)	d)	76.216	72.616
Energia comprada para revenda pela CEB Distribuição da Corumbá Concessões.	Corumbá Concessões (Coligada)	d)	85.682	79.321

As transações com partes relacionadas são praticadas conforme as condições resumidas abaixo:

- A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a outras empresas do Grupo CEB. As empresas beneficiárias efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- Fornecimento de energia elétrica ao GDF, onde é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público.
- Correspondente a créditos a receber (fornecimento de energia, multa e juros por atraso) da CAESB, renegociados com a CEB D e atualizados pelo INPC até data da renegociação, para pagamento em 48 parcelas fixas, acrescidas de com encargos de 1% ao mês.
- Contratos bilaterais de Suprimento de Energia com empresas do grupo, com prazos de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.
- Contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M, com vencimento previsto para 11 de fevereiro de 2012. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

- f) Os valores são calculados de previsão legal/societária e estatutária.
- g) Refere-se ao valor efetivamente desembolsado/adiantado pelo GDF para futuro aumento de capital.
- h) Refere-se a empréstimo obtido pela Controlada CEB Lajeado e repassado a Controladora. O contrato de empréstimo com a Controlada foi celebrado nas mesmas condições de contratação efetuados pela controlada junto à instituição financeira, incluído prazo, taxa de juros e encargos.
- i) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB D na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.
- j) Corresponde a serviços de Iluminação Pública e manutenção, executados pela Companhia Energética de Brasília – CEB ao GDF. Os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

26 SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 02 de dezembro de 2010, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.698.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Os componentes dessa nota explicativa não compõem o escopo de trabalho dos nossos Auditores Independentes.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aporte de Capital

Em dezembro de 2011, por meio das Resoluções de Diretoria de n.ºs. 081, de 01.12.2011, 084, de 13.12.2011 e 087, de 20.12.2011, a Companhia Energética de Brasília - CEB autorizou o aporte de capital no montante de R\$ 25,5 milhões na CEB Distribuição S/A., a fim de atender ao compromisso de subscrição de ações, conforme Resoluções ANEEL n.ºs. 318/2005 e 958/2007. Os recursos aportados tiveram o seguinte cronograma: R\$ 3,0 milhões em 01.12.2011, R\$ 2,5 milhões em 14.12.2011 e R\$ 20,0 milhões em 21.12.2011.

28 OUTRAS INFORMAÇÕES

O reajuste tarifário acontece anualmente e tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis da concessão (energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 26 de agosto de 2011 o reajuste tarifário anual da CEB D. O reajuste médio ficou em 8,15% para o período de 12 meses, sendo 6,86% econômico e 1,29% de componente financeiro. O efeito médio desse reajuste percebido pelos consumidores cativos é de 6,36%.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

EDGARD KETELHUT MINARI

Diretor

MAURO MARTINELLI PEREIRA

Diretor

JOEL ANTONIO DE ARAUJO

Diretor de Relações com Investidores

VALDAIR TAVARES DA FONSECA

Contador

CRC – DF 8.269/0

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Brasília - CEB
Brasília - DF

1. Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

4. Parcela do saldo consolidado da rubrica "Depósitos e bloqueios judiciais - Ativo não circulante" (Nota Explicativa nº 11) e parcela do saldo da rubrica "Bens destinados a alienação – Ativo não circulante" (Nota Explicativa nº 12), nos valores de R\$ 7,4 milhões e R\$ 8,2 milhões, respectivamente, em 30 de setembro de 2011, estão em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. O atual estágio do processo de conciliação não permitiu a aplicação de procedimentos de revisão para podermos concluir sobre a adequação dos referidos saldos.

5. Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A. são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre o faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Neste contexto, a Controlada vem compensando, mensalmente, parte do referido crédito e mantém registrados no ativo valores avaliados pela Administração como possíveis de compensação futura (Nota Explicativa nº 8). Para o atendimento aos critérios de compensação determinados pela legislação fiscal, é necessário manter m conjunto de controles analíticos e estudo sobre eventuais perdas desses créditos, que possibilitem demonstrar que as compensações estão sendo realizadas em conformidade com a referida legislação. Como a Companhia está em processo de preparação dos citados controles e avaliações, não foi possível avaliarmos a adequação das compensações dos créditos tributários já realizados, tampouco a necessidade de ajustes nas informações financeiras intermediárias, em decorrência da não realização dos referidos créditos, cujo saldo, em 30 de setembro de 2011 totaliza R\$ 15,2 milhões.

6. A controlada CEB Distribuição S.A. não dispõe de controles que possibilitem a identificação dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção ou produção dos ativos utilizados em sua atividade operacional. Como consequência, não foi possível identificar o montante dos custos dos empréstimos que deveriam ser capitalizados como parte do custo do ativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos e pela norma internacional IAS 23 – Borrowing Costs, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board - IASB, respectivamente. Não foi praticável calcular os valores que deveriam ser capitalizados e que foram registrados como despesa nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011.

7. A controlada CEB Lajeado S.A. é proprietária de ações preferenciais cumulativas e resgatáveis classes "A" e "B" emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro e, conseqüentemente, foram classificadas na rubrica "Títulos e créditos a receber - Outros créditos", no ativo não circulante consolidado (Nota Explicativa nº 9). Entretanto, o referido instrumento financeiro não foi avaliado a valor justo conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e está sendo apresentado pelo valor patrimonial (R\$ 17,3 milhões em 30 de setembro de 2011). Não nos foi praticável determinar a magnitude dos efeitos nas informações financeiras intermediárias pela não avaliação do referido instrumento financeiro a valor justo.

8. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias possuem as seguintes omissões de informações que são requeridas

pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB): (a) os valores justos de todos os instrumentos financeiros, método de apuração do valor justo e comparação do valor justo com os valores consignados nas informações financeiras intermediárias; e (b) informações quantitativas sobre os riscos no contexto consolidado do Grupo (Nota Explicativa nº 4).

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

9. Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes que poderiam ser necessários decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 7 e exceto pela ausência de informações descritas no parágrafo 8, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários,

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias consolidadas

10. Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes que poderiam ser necessários decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 7 e exceto pela ausência de informações descritas no parágrafo 8, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

11. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7, faturamentos da controlada CEB Distribuição S.A., relativos ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como valores referentes a encargos por pagamentos em atraso, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", no ativo não circulante do consolidado, cujo saldo, em 30 de setembro de 2011, totaliza R\$ 94,6 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente, perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

12. A controlada CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência do órgão regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Os planos da Administração para manutenção das atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. As informações financeiras intermediárias referidas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

13. A coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 30 de setembro de 2011, situação financeira desfavorável, representada por excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante. Os planos da Administração relacionados a esse assunto e que foram descritos nas notas explicativas às informações financeiras intermediárias da Corumbá Concessões S.A. são os seguintes: otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais; buscar parcerias com órgãos regulatórios para vislumbrar alternativas de eficiência energética; buscar parcerias com comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização, a fim de manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente; aferir e otimizar sistematicamente os custos operativos; rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente, e diminuir os custos de financiamentos, adequando-os à capacidade de geração de caixa operacional; e investir em processos de governança corporativa (código de ética, processo de compras e contratos, intranet corporativa etc.). As informações financeiras intermediárias dessa coligada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial, não incluem ajustes decorrentes de incertezas quanto à continuidade operacional da Coligada. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

14. A controlada Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS entrou em operação parcial desde 8 de fevereiro de 2007. A operação parcial é realizada por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural, ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. As informações financeiras intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação das informações financeiras trimestrais de 2010

15. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, no ano de 2009 foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para o ano de 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil e introduziram as normas internacionais de

relatórios financeiros (IFRS) no Brasil. Essas alterações, que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2, foram adotadas pela Companhia na elaboração de suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas de 2010, que estão sendo apresentadas para fins de comparação. Os assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 8, do item “Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, também se aplicam às Informações Trimestrais.

Informações financeiras intermediárias do valor adicionado

16. Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 8, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 15 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF Contador CRC DF-012460/O-2